

Procuradoria Geral

LEI MUNICIPAL Nº 1.692/2025 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARALISADAS, CONTENDO EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS DE INTERRUPTÃO”.

A Prefeita Municipal de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a colocação de placas informativas em obras públicas municipais paralisadas, contendo, de forma resumida, exposição dos motivos de sua interrupção.

§1 - As placas deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações sobre a paralisação da obra;

I –Exposições dos motivos;

II- Telefone do órgão Público responsável, e/ou da empresa contratada pela obra;

III- Prazo da paralisação e /ou prazo de retomada dos trabalhos.

Art. 2º Considerar-se a obra paralisada, para os efeitos desta lei, aquela com atividade interrompida por mais de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º A instalação da placa é de incumbência do órgão público e /ou da empresa responsável pela obra.

Parágrafo único. Nas placas, não poderão constar nomes. Símbolos, marcas de qualquer natureza ou imagens, que caracterizem promoção pessoal de atividades ou servidores Públicos sob pena de responsabilidade e penalidade previstas em lei.

Art. 4º No caso de o responsável da paralisação da obra não ter afixada a placa informativa ou tenha colocado desrespeitando as normas previstas nesta lei, será notificado para, dentro de 5 (cinco) dias, colocá-la ou retificá-la.

Art. 5º Ultrapassando o prazo de paralisação de que trata o art.1º, §2º desta lei, o órgão Público e/ou empresa responsável pela obra deverá remeter à Câmara de vereadores deste município, no prazo de 15 (quinze) dias, relatório detalhado justificando os motivos da paralisação da obra.

Parágrafo único. O Órgão público, responsável pela obra, deverá disponibilizar em seu endereço na internet e no Portal de Transparência, o relatório de que trata o caput para que qualquer cidadão tenha acesso aos motivos da interrupção da obra, de forma mais detalhada.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Caarapó/MS, 01 de dezembro de 2025; 66º da emancipação político-administrativa.

Maria Lurdes Portugal

Prefeita Municipal

Matéria enviada por Adriana Cristina Aveiro Manfré